

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Cenário Macroeconômico

O cenário econômico brasileiro, no primeiro semestre do ano, foi caracterizado pelo uso das ferramentas de controle econômico, em função do risco de uma maior pressão inflacionária e do aperto das contas públicas. No período, podemos destacar as mudanças na política monetária, principalmente no que se refere às taxas de juros (Selic) e ao aumento da requisição de capital em operações de crédito para pessoas físicas, que alteraram as formas de atuação das instituições financeiras. Contudo, apesar das iniciativas de desaceleração econômica em curso, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil apresentou resultado positivo, superando as expectativas do mercado. Nos primeiros três meses de 2011, o PIB mostrou expansão de 1,3% em relação ao quarto trimestre do ano anterior – em termos dessazonalizados – e de 4,2% em relação a igual período de 2010. Em suma, o ritmo de expansão da economia foi mais forte no início deste ano, se comparado ao do último trimestre de 2010 (0,8%), denotando o potencial de crescimento do País, mesmo em momentos de aperto monetário. Diante desse cenário, consideramos que os aumentos na taxa Selic e as medidas macroprudenciais em curso deverão ter maior efeito ao longo do segundo semestre, em função das defasagens normais da política monetária, o que não será suficiente para fazer o principal índice inflacionário (IPCA) convergir para o centro da meta. No entanto, esse deverá, ainda assim, permanecer dentro dos limites estabelecidos (2,5%-6,5%). Em essência, o ritmo de crescimento foi expressivo neste início de ano, em grande parte devido à demanda doméstica. Para os próximos trimestres, a tendência é de desaceleração no ritmo de crescimento, em virtude da política contracionista em curso. Para o ano, as expectativas de mercado, divulgadas no relatório Focus do Banco Central do Brasil (BC), apontam expansão de 4% no PIB.

2. Bancoob

O cooperativismo de crédito brasileiro, no qual está inserido o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), conquistou, no primeiro semestre deste ano, significativos percentuais de crescimento, com destaque para os apresentados pelo indicador de depósitos totais. A evolução foi acompanhada pelo Bancoob, que alcançou percentuais superiores à média do Sistema Financeiro Nacional (SFN), no que concerne ao primeiro trimestre do ano. Além de dar continuidade ao projeto de aprimoramento dos processos para concessão de crédito no âmbito do Sicoob, o Bancoob tem envidado esforços para a ampliação e o aprimoramento de seus produtos e serviços, com o objetivo de agregar fatores de competitividade às cooperativas do Sicoob e entidades parceiras. Dentre os negócios estratégicos – em estudo, lançamento ou relançamento – estão: consórcios, previdência privada, seguros, cartões, cobrança e crédito imobiliário. Em janeiro de 2011, o Banco Central do Brasil – BACEN autorizou o funcionamento da Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda – BANCOOB DTVM, passando assim, a integrar o conglomerado financeiro e as demonstrações contábeis consolidadas do Bancoob. Visando subsidiar a expansão dos negócios, o Conselho de Administração do Bancoob apresentou proposta de capitalização às cooperativas centrais acionistas. Em reunião realizada no dia 9 de junho, a proposta de aumento de capital no valor de R\$ 89,2 milhões foi aprovada, o que elevará o capital social do banco de R\$ 279,3 milhões para R\$ 368,6 milhões.

3. Performance

O Bancoob encerrou o primeiro semestre de 2011 com ativos totais consolidados de R\$ 12,24 bilhões, com aumento de 37,21% em relação ao mesmo período do ano anterior, destacando-se:

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM

Com montante de R\$ 7,53 bilhões em junho de 2011, tem expressiva participação de títulos públicos federais em sua composição (LFTs, NTNs), o que equivale a 76% do total. Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento", no valor de R\$ 3,10 milhões, estão amparados por estudos de capacidade financeira.

b. Operações de crédito

A carteira de crédito totalizou R\$ 3,82 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 31,44% em relação ao primeiro semestre de 2010. Na composição total, destacam-se as linhas de BNDES, Funcafé, Crédito Rural - Recursos Obrigatórios e Poupança Rural. As operações realizadas com recursos próprios do Bancoob apresentaram desempenho positivo. A carteira de crédito consignado (Sicoob Tranquilidade e Credconsignado), por exemplo, atingiu o valor de R\$ 204,81 milhões, aumento de 34,70% em relação ao 1º semestre de 2010. No segmento de cartões, registrou-se o aumento da movimentação financeira da carteira, atingindo R\$ 1,05 bilhão no primeiro semestre de 2011, crescimento de 55% em relação ao 1º semestre de 2010.

c. Captações

Os depósitos, congregados com a carteira de operações compromissadas, alcançaram no primeiro semestre de 2011 o valor de R\$ 10,20 bilhões,

aumento de 48,53% em relação ao primeiro semestre de 2010, demonstrando o comprometimento do Bancoob em ser veículo de aplicação de recursos oriundos das cooperativas do Sicoob. A Poupança Cooperada fechou junho com carteira de R\$ 958,03 milhões, crescimento de 43,42% em relação ao primeiro semestre do ano anterior.

d. Processamento de serviços

O Bancoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou, durante o primeiro semestre, o total de 80.732.273 documentos.

4. Gerenciamento de riscos

a. Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional está sob a responsabilidade da Diretoria de Controle do Bancoob, sendo operacionalmente implementado, sob a coordenação do Sicoob Confederação, pela Gerência de Controles Internos e Riscos. A estrutura está aderente às exigências estabelecidas pelas Resoluções 3.490/07 e 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e pela Circular 3.383/08, do Banco Central do Brasil. As diretrizes para gestão desse tipo de risco encontram-se na Política Institucional de Risco Operacional. O processo consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. As perdas operacionais são acompanhadas e registradas na contabilidade e em sistema específico.

A metodologia de alocação de capital, para fins do acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (POPR) é a Abordagem Alternativa Padronizada (ASA I).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional.

b. Risco de mercado

No Bancoob, o processo de gerenciamento de risco de mercado é realizado de forma colegiada, por meio de uma estrutura de comitês internos. A mensuração e o monitoramento, entretanto, são realizados por área independente, segregada das atividades de negociação e comercialização de produtos. A mensuração é realizada por meio de técnicas amplamente difundidas, como o *Value at Risk* (VaR) e testes de stress. O Bancoob realiza testes periódicos com vistas a detectar o nível de acerto de seus modelos de mensuração de risco de mercado.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.464/07, encontra-se disponível no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo que evidencia a estrutura de gerenciamento de risco de mercado.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à possível insuficiência de disponibilidades e reservas para fazer face aos compromissos da instituição. Para minimizar tal risco, a gestão da liquidez baseia-se na realização constante de projeções de fluxo de caixa, considerando aspectos sazonais e de mercado, sendo adicionalmente definidos limites de liquidez, que são constantemente monitorados.

d. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da probabilidade de uma contraparte não honrar seus compromissos. Para mitigar esse risco, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de atribuição de limites de crédito, visando manter a boa qualidade de sua carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos de classificação de risco, garantindo a constante atualização dos pesos e das variáveis consideradas.

5. Patrimônio líquido e resultado do semestre

O patrimônio líquido em 30 de junho de 2011 foi de R\$ 331,59 milhões, o que representa um crescimento de 24,49% em relação ao primeiro semestre de 2010.

O lucro líquido no período foi de R\$ 18 milhões, com retorno anualizado de 12,68% sobre o patrimônio líquido médio.

6. Agradecimentos

Gradecemos aos acionistas, pela confiança na atual administração, ao Sicoob Confederação, às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pelo trabalho executado em parceria, e aos colaboradores do Bancoob, pela dedicação e compromisso.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO (EM MILHARES DE REAIS)

	BANCO		CONSOLIDADO
	2011	2010	2011
Ativo			
Circulante	6.882.507	4.441.132	6.882.922
Disponibilidades (Nota 5)	736	2.170	736
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	2.962.339	1.322.535	2.962.339
Aplicações no mercado aberto	2.122.426	947.722	2.122.426
Aplicações em depósitos interfinanceiros	839.913	374.813	839.913
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	845.825	674.605	845.825
Carteira própria	330.037	164.167	330.037
Vinculados a compromissos de recompra	43.877	23.645	43.877
Vinculados à prestação de garantias	1.063	2.935	1.063
Instrumentos financeiros derivativos	470.848	483.858	470.848
Relações interfinanceiras	610.019	448.288	610.019
Pagamentos e recebimentos a liquidar	346.078	293.069	346.078
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	263.934	155.212	263.934
Relações com correspondentes	7	7	7
Operações de crédito (Nota 8)	2.306.315	1.885.691	2.306.315
Operações de crédito - Setor privado	2.313.053	1.895.138	2.313.053
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.738)	(9.447)	(6.738)
Outros créditos	136.625	92.255	137.040
Rendas a receber	3.635	2.083	3.635
Diversos (Nota 21a)	132.990	90.172	133.405
Outros valores e bens	20.648	15.588	20.648
Outros valores e bens	268	258	268
Despesas antecipadas	20.380	15.330	20.380
Não circulante	5.359.795	4.481.010	5.356.303
Realizável a longo prazo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	50.437	-	50.437
Aplicações no mercado aberto	30.152	-	30.152
Aplicações em depósitos interfinanceiros	20.285	-	20.285
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	3.672.186	3.331.757	3.672.186
Carteira própria	715.846	630.743	715.846
Vinculados a compromissos de recompra	1.482.772	1.482.547	1.482.772
Vinculados ao Banco Central	1.429	56.089	1.429
Vinculados à prestação de garantias	1.472.139	1.162.378	1.472.139
Operações de crédito (Nota 8)	1.509.533	1.017.443	1.509.533
Operações de crédito - Setor privado	1.525.761	1.024.316	1.525.761
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.228)	(6.873)	(16.228)
Outros créditos	59.792	64.536	59.792
Diversos (Nota 21a)	59.792	64.536	59.792
Investimentos	7.809	6.414	4.301
Participações em coligadas e controladas (Nota 10)	7.609	6.214	4.101
Outros investimentos	200	200	200
Imobilizado (Nota 11)	58.906	60.050	58.922
Imóveis de uso	55.914	55.914	55.914
Outras imobilizações de uso	17.365	16.318	17.470
(-) Depreciações acumuladas	(14.373)	(12.182)	(14.462)
Diferido	3	32	3
Gastos de organização e expansão	3.495	3.495	3.495
(-) Amortizações acumuladas	(3.492)	(3.463)	(3.492)
Intangível (Nota 12)	1.129	778	1.129
Softwares	4.040	3.328	4.040
(-) Amortizações acumuladas	(2.911)	(2.550)	(2.911)
Total do ativo	12.242.302	8.922.142	12.239.225

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

	BANCO		CONSOLIDADO
	2011	2010	2011
Passivo			
Circulante	10.490.445	7.226.464	10.490.658
Depósitos (Nota 13)	7.381.225	4.680.057	7.381.118
Depósitos à vista	45.905	17.482	45.876
Depósitos de poupança	958.032	667.995	958.032
Depósitos interfinanceiros	6.344.969	3.963.901	6.344.969
Depósitos a prazo	32.319	30.193	32.241
Outros depósitos	-	486	-
Obrigações por operações compromissadas (Nota 14)	2.086.257	1.383.001	2.086.257
Carteira própria	1.369.408	1.014.170	1.369.408
Carteira de terceiros	716.849	368.831	716.849
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures (Nota 15)	1.710	350	1.710
Obrigações por emissão de letras de crédito agronegócio	1.710	350	1.710
Relações interfinanceiras	393.590	308.756	393.590
Recebimentos e pagamentos a liquidar	393.590	308.756	393.590
Relações interdependências	8.106	15.036	8.106
Recursos em trânsito de terceiros	8.106	15.036	8.106
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais (Nota 16)	411.614	680.003	411.614
Tesouro nacional	189	188	189
Recursos do FCO	1.762	102	1.762
BNDES	132.431	107.459	132.431
Finame	20.947	14.056	20.947
Funcafé	256.285	558.198	256.285
Outras obrigações	207.943	159.261	208.263
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	32.020	4.242	32.020
Sociais e estatutárias	2.852	2.588	2.884
Fiscais e previdenciárias (Nota 21b)	15.715	10.653	15.793
Negociação e intermediação de valores	32.866	48.844	32.866
Diversas (Nota 21c)	124.490	92.934	124.700
Não circulante	1.420.232	1.429.201	1.416.942
Exigível a longo prazo			
Depósitos (Nota 13)	584.703	320.092	581.413
Depósitos interfinanceiros	552.548	292.731	552.548
Depósitos a prazo	32.155	27.361	28.865
Obrigações por operações compromissadas (Nota 14)	152.143	487.042	152.143
Carteira própria	152.143	487.042	152.143
Obrigações por repasses do País - Inst. oficiais (Nota 16)	638.867	569.167	638.867
Tesouro nacional	1.040	1.224	1.040
Banco do Brasil - FCO	18.508	12.819	18.508
BNDES	463.584	445.939	463.584
Finame	101.312	46.900	101.312
Funcafé	54.223	62.285	54.423
Outras obrigações	44.519	52.900	44.519
Fiscais e previdenciárias (Nota 21b)	7.104	11.213	7.104
Instrumento híbrido de capital e dívida (Nota 19)	35.894	41.321	35.894
Diversos (Nota 21c)	1.521	366	1.521
Resultados de exercícios futuros	28	110	28
Rendas antecipadas	28	110	28
Patrimônio líquido (Nota 18)	331.597	266.367	331.597
Capital social	308.505	247.312	308.505
Capital	249.803	247.312	249.803
(-) Capital a integralizar	(60.096)	-	(60.096)
Aumento de Capital	118.798	-	118.798
Reserva de capital	45	2.004	45
Reserva de lucros	23.158	16.785	23.158
Ajuste ao valor de mercado - TVM	(111)	(147)	(111)
Lucros acumulados	-	487	-
Ações em tesouraria	-	(74)	-
Total do passivo e patrimônio líquido	12.242.302	8.922.142	12.239.225

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (EM MILHARES DE REAIS)

	BANCO		CONSOLIDADO
	2011	2010	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado	35.082	31.479	35.161
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social e da participação dos empregados	30.369	21.276	30.387
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(91)	(286)	(91)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.267	7.309	4.267
Despesas de instrumentos híbridos de capital e dívida	2.399	2.649	2.399
Impostos diferidos (créditos tributários)	(1.103)	(95)	(1.103)
Depreciações e amortizações	1.269	1.661	1.276
Resultado de participações em controladas	(444)	(257)	(390)
Juros pela venda do imobilizado	(2.323)	(1.952)	(2.323)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civis	739	1.174	739
Diminuição das aplicações interfinanceiras de liquidez	181.454	171.375	181.454
Diminuição (aumento) de títulos e valores mobiliários	249.653	(1.341.886)	249.653
(Aumento) diminuição das relações interfinanceiras e interdependências	12.179	(7.006)	12.179
(Aumento) das operações de crédito	(494.478)	(501.948)	(494.478)
Diminuição (aumento) de outros créditos	3.723	(2.601)	3.787
(Aumento) de outros valores e bens	(3.631)	(4.417)	(3.631)
Aumento (diminuição) de outras obrigações	12.823	(52.952)	12.807
Imposto de renda e contribuição social (compensados)	(12.301)	(8.278)	(12.319)
Variação nos resultados de exercícios futuros	(75)	70	(75)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(15.571)	(1.716.164)	(15.462)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Alienação de imobilizado de uso	55	40	55
Aquisição de imobilizado	(779)	(414)	(781)
Aquisição de intangível	(160)	(44)	(160)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(884)	(418)	(886)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de depósitos	860.226	1.448.503	860.119
Aumento das obrigações por operações compromissadas	344.277	20	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

2. Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas são de responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das S.As., associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, o Bancoob adotou as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009. Nas demonstrações contábeis consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre controladas. Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto foram consolidados nas respectivas proporções de participação no capital social da controlada. A Diretoria Colegiada do Bancoob aprovou as demonstrações contábeis consolidadas em reunião realizada em 10 de agosto de 2011.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e civil e a valorização de títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Bancoob revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência.

c. Moeda estrangeira

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento de balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizados pelo Bancoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

ii. Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como "títulos para negociação" nem como "mantidos até o vencimento". Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado da valorização, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

iii. Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

A metodologia de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados pro rata dia com observância do regime de competência pelo método exponencial ou linear, com base nas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando da alienação dos títulos disponíveis para venda, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, em atendimento à Circular nº 3.082/01 do Banco Central, são avaliados pelo valor de mercado no mínimo por ocasião dos balancetes e dos balanços mensais. As valorizações ou desvalorizações são registradas diretamente em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros derivativos.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar e da provisão para perdas.

h. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a análise e a classificação do tomador e da operação e observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. A Resolução requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o de menor risco e "H" o de maior risco.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A operação classificada como de risco nível "H" é transferida para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, somente decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. A operação renegociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada como prejuízo passa a ser classificada como de risco nível "H". Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança da classificação de risco. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8c.

i. Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, sendo as participações societárias em controladas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

j. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, observadas as seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 1,67%; equipamentos de uso - 10%; veículos e processamento de dados - 20%. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. A partir do exercício de 2008, este procedimento passou a ser realizado anualmente.

k. Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20%. Também é objeto de avaliação anual sobre redução ao valor recuperável.

l. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

m. Depósitos e captações no mercado

Os recursos provenientes de depósitos estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, pro rata dia.

n. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos e calculáveis que incluem encargos e variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

o. Plano de previdência

O plano de previdência instituído pelo Bancoob possui a característica de contribuição definida e as contribuições mensais são reconhecidas como despesa no resultado do período.

p. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social, à alíquota de 15%, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes. Os créditos tributários foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima e são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 3.355/06. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em um estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Bancoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09 que determina a observância da Norma do Pronunciamento Técnico 25 (CPC nº 25) emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

• **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas.

• **Provisões para contingências** - São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, e quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis consolidadas, quando individualmente relevantes.

• **Obrigações legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Bancoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

r. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

s. Pronunciamento Técnico - CPC

O Banco Central do Brasil, aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos, que estão contemplados nas demonstrações contábeis consolidadas:

- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- CPC 24 - Evento Subsequente
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os demais Pronunciamentos Técnicos publicados serão adotados quando aprovados a sua adoção pelo Banco Central do Brasil.

4. Composição do caixa e do equivalente de caixa

O caixa e o equivalente de caixa, apresentados nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	BANCO		CONSOLIDADO
	2011	2010	2011
Caixa			
Disponibilidades	736	2.170	736
Equivalente de caixa			
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias)	2.519.804	1.122.281	2.519.804
Total	2.520.540	1.124.451	2.520.540

5. Disponibilidades

	BANCO		CONSOLIDADO
	2011	2010	2011
Moeda nacional	149	1.826	149
Moeda estrangeira	587	344	587
Total	736	2.170	736

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	BANCO				CONSOLIDADO	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	2011	2010
Aplicações em operações compromissadas	1.884.148	125.464	112.774	30.152	2.152.578	947.722
Revendas a liquidar - Posição bancada	1.167.148	125.464	112.774	30.152	1.435.538	578.844
Revendas a liquidar - Posição financiada	717.040	-	-	-	717.040	368.878
Aplicações em depósitos interfinanceiros	232.369	277.783	220.981	129.065	860.198	374.813
Total	2.116.557	403.247	333.755	159.217	3.012.776	1.322.535

7. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos e valores mobiliários

Estão classificados como "Disponíveis para venda" e "Mantidos até o vencimento". A apuração do valor de mercado foi realizada considerando-se os seguintes parâmetros:

- Para os títulos públicos federais (LTN, LFT, NTN) é usada a taxa indicativa publicada pela ANBIMA.
- Fundos de investimento (FIDC) - Utiliza-se o valor da cota do último dia do balanço informada pelo administrador do fundo, que representa o valor justo do patrimônio do fundo.
- Os títulos privados são marcados a mercado, periodicamente, por metodologia própria que considera, em primeiro lugar, os preços disponíveis em mercados líquidos. Alternativamente, calcula-se os valores justos por meio de método que considera os spreads médios (para títulos privados semelhantes) praticados na própria carteira, de acordo com o porte do emissor.
- Os títulos e valores mobiliários, incluindo os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações interfinanceiras de liquidez, estão custodiados na CBL, na CETIP, no SELIC ou na BM&FBOVESPA, exceto cotas de fundos de investimento cujos registros são mantidos pelos respectivos administradores. Atendendo ao disposto no artigo 8 da Circular Banco Central nº 3.068/01, o Bancoob possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o vencimento".

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estavam distribuídos da seguinte forma:

	Valor contábil						Total 2011		Total 2010			
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado		
I - Títulos disponíveis para venda	48.957	26.557	1.490	84.230	210.937	3.671.894	4.044.250	4.044.065	(185)	3.504.792	3.504.547	(245)
Carteira própria												
LFT	-	-	-	75.888	168.687	714.588	959.209	959.163	(46)	630.816	630.771	(45)
CDB	-	26.463	1.321	5.044	-	-	32.826	32.828	2	106.662	106.649	(13)
Fundos	48.957	-	-	-	-	-	48.957	48.957	-	38.773	38.773	-
CCCB	-	94	169	218	390	967	1.852	1.838	(14)	2.917	2.905	(12)
Total	48.957	26.557	1.490	81.150	169.077	715.555	1.042.844	1.042.786	(58)	779.168	779.098	(70)
Carteira vinculada a recompra												
LFT	-	-	-	2.017	41.860	1.482.772	1.526.784	1.526.649	(135)	1.504.447	1.504.265	(182)
CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8	-
Total	-	-	-	2.017	41.860	1.482.772	1.526.784	1.526.649	(135)	1.504.455	1.504.273	(182)
Carteira vinculados ao Bacen												
LFT	-	-	-	-	-	1.429	1.429	1.429	-	56.089	56.089	-
Total	-	-	-	-	-	1.429	1.429	1.429	-	56.089	56.089	-
Carteira vinculada a garantias												
LFT	-	-	-	1.063	-	1.472.138	1.473.193	1.473.201	8	1.165.080	1.165.087	7
Total	-	-	-	1.063	-	1.472.138	1.473.193	1.473.201	8	1.165.080	1.165.087	7
II - Títulos mantidos até o vencimento	-	358	649	727	1.072	291	3.097	3.097	-	17.957	17.972	15
Carteira própria												
NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.884	7.896	12
CCCB	-	358	649	727	1.072	291	3.097	3.097	-	7.929	7.929	-
Total	-	358	649	727	1.072	291	3.097	3.097	-	15.813	15.825	12
Carteira vinculada a recompra												
NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.927	1.930	3
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.927	1.930	3
Carteira vinculada a garantias												
Aplicações de liquidez imediatas no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	217	217	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	217	217	-
	48.957	26.915	2.139	84.957	212.009	3.672.185	4.047.347	4.047.162	(185)	3.522.749	3.522.519	(230)

	BANCO	CONSOLIDADO
2011	4.044.065	3.504.547
2010	3.097	17.957
Total	4.047.162	3.522.504

Valor de mercado dos títulos disponíveis para venda

Valor de curva atualizado dos títulos mantidos até o vencimento

Total

No 1º semestre de 2011 não ocorreram reclassificações de títulos entre as categorias.

Em 30 de junho de 2011, o Bancoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor de R\$ 1.473.202 (2010 - R\$ 1.165.313), sendo principalmente: R\$ 2.453 (2010 - R\$ 2.209) referentes a valores requeridos como garantia das operações de abastecimento de caixas eletrônicos. R\$ 6.194 (2010 - R\$ 5.346) em títulos públicos por ordem judicial expedidos pela 11ª Vara Cível de Vitória - ES em razão de restituição de depósitos efetuados em cooperativas de crédito. Com base na avaliação dos consultores jurídicos, os processos que originaram os referidos bloqueios judiciais foram classificados como risco de perda remota, nos termos da Resolução nº 3.823/09, do CMN (vide Nota Explicativa nº 3q). R\$ 1.463.879 referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito.

b. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos do Bancoob correspondem a operações de financiamentos de termo de ações, negociadas na BM&FBOVESPA, conforme apresentado a seguir, e que são realizadas com o objetivo de maximizar o resultado dos recursos disponíveis aplicados por meio da geração de rendimento prefixado:

Posição comprada

b. Movimentação

	BANCO				CONSOLIDADO	
	2011		2010		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31 de dezembro						
Crédito tributário (ativo)	8.612	5.167	9.665	5.799	8.612	5.167
Imposto diferido (passivo)	-	-	(2)	(1)	-	-
	8.612	5.167	9.663	5.798	8.612	5.167
Ajuste em resultado	689	414	60	35	689	414
Créditos tributários constituídos	720	433	3.075	1.843	720	433
Créditos tributários baixados	(31)	(19)	(3.015)	(1.808)	(31)	(19)
Movimentação do imposto diferido	-	-	-	-	-	-
Ajuste em patrimônio líquido (TVM)	(4)	(3)	-	-	(4)	(3)
Créditos tributários constituídos	-	-	749	450	-	-
Créditos tributários baixados	(4)	(3)	(751)	(451)	(4)	(3)
Movimentação do imposto diferido	-	-	2	1	-	-
Movimentação	685	411	60	35	685	411
Saldo em 30 de junho						
Crédito tributário (ativo)	9.297	5.578	9.723	5.834	9.297	5.578
Imposto diferido (passivo)	-	-	-	-	-	-
	9.297	5.578	9.723	5.834	9.297	5.578

c. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo efetuado pela Administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do crédito tributário se dará em até 5 anos, assim distribuídos:

BANCO E CONSOLIDADO

	Valor nominal	Valor presente
2011	2.764	2.592
2012	2.100	1.750
2013	5.522	4.137
2014	2.256	1.531
2015	2.233	1.375
Total de créditos tributários	14.875	11.385

O valor presente do crédito tributário foi apurado considerando-se a taxa Selic projetada para os anos de realização.

d. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado.

	BANCO				CONSOLIDADO	
	2011		2010		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	30.320	30.320	22.157	22.157	30.372	30.372
Resultado de participações em controladas	(444)	(444)	(257)	(257)	(390)	(390)
Resultado de participação nos lucros	(1.207)	(1.207)	(976)	(976)	(1.241)	(1.241)
Base de cálculo	28.669	28.669	20.924	20.924	28.741	28.741
Alíquota de tributação	25%	15%	25%	15%	25%	15%
	7.155	4.300	5.231	3.138	7.155	4.300
Efeito tributário sobre diferenças temporárias						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	826	497	1.807	1.085	826	497
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	130	78	23	14	130	78
Provisão PIS liminar	-	-	128	77	-	-
Demais provisões	177	106	333	200	177	106
	1.133	681	2.291	1.376	1.133	681
Doações e patrocínios incentivados	(50)	-	(60)	-	(50)	-
Efeitos tributários sobre diferenças permanentes	64	38	47	35	64	38
Imposto de renda base negativa a compensar	-	-	(2.274)	(1.365)	-	-
PAT	(200)	-	(127)	-	(200)	-
Prorrogação Licença Maternidade	(27)	-	(14)	-	(27)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	8.075	5.019	5.094	3.184	8.075	5.019

10. Participações em empresas controladas

BANCO

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e estão registrados no "Ativo não circulante - investimentos". Os ajustes decorrentes da equivalência patrimonial foram incluídos no grupo "Resultado de participações em controladas".

Discriminação	Data-Base	Capital social realizado		Resultado semestre	Participação %	Quantidade de ações	Resultado de equivalência		Saldo contábil	
		2011	2010				2011	2010		
Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (*)	30/06/2011	154	3.507	55	99,99935	154	99	27	3.507	3.049
Cabal Brasil Ltda. (**)	31/05/2011	4.200	8.042	309	51,00	2.142	345	230	4.101	3.165
Total							444	267	7.608	6.214

(*) Administradora e gestora de fundos de investimento, cujo patrimônio administrado em 30 de junho de 2011 é de R\$ 1.042.475 (2010 - R\$ 909.398).

(**) Operadora de cartões de crédito Mastercard e Cabal dentro do sistema Sicoob.

11. Imobilizado

	BANCO						CONSOLIDADO	
	Terras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Total em operação	Imobilizado total	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	3.010	51.515	4.475	1.851	255	61.106	61.106	
Aquisição	-	-	192	149	73	414	414	
Alienação	-	-	-	(40)	(40)	(40)	(40)	
Depreciação/exaustão/amortização	-	(439)	(343)	(615)	(33)	(1.430)	(1.430)	
Saldos em 30 de junho de 2010	3.010	51.076	4.324	1.385	255	60.050	60.050	
Custo total	3.010	52.904	7.236	8.588	494	72.232	72.232	
Depreciação acumulada	-	(1.828)	(2.912)	(7.203)	(239)	(12.182)	(12.182)	
Valor residual	3.010	51.076	4.324	1.385	255	60.050	60.050	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	3.010	50.637	4.063	1.216	345	59.271	59.271	59.292
Aquisição	-	-	466	116	197	779	779	781
Alienação	-	-	-	(55)	(55)	(55)	(55)	(55)
Depreciação	-	(439)	(357)	(253)	(40)	(1.089)	(1.089)	(1.096)
Saldos em 30 de junho de 2011	3.010	50.198	4.172	1.079	447	58.906	58.906	58.922
Custo total	3.010	52.904	7.784	8.860	719	73.277	73.277	73.384
Depreciação acumulada	-	(2.706)	(3.612)	(7.781)	(272)	(14.371)	(14.371)	(14.462)
Valor residual	3.010	50.198	4.172	1.079	447	58.906	58.906	58.922
Taxas anuais de depreciação - %	0%	1,67%	10%	20%	10%			

12. Intangível

	BANCO		CONSOLIDADO	
	Softwares		Softwares	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	934		934	
Aquisição	44		44	
Amortização	(200)		(200)	
Saldos em 30 de junho de 2010	778		778	
Custo total	3.328		3.328	
Amortização acumulada	(2.550)		(2.550)	
Valor residual	778		778	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.140		1.140	
Aquisição	160		160	
Amortização	(171)		(171)	
Saldos em 30 de junho de 2011	1.129		1.129	
Custo total	4.040		4.040	
Amortização acumulada	(2.911)		(2.911)	
Valor residual	1.129		1.129	
Taxas anuais de amortização - %	20%		20%	

13. Depósitos

	BANCO						CONSOLIDADO	
	2011		2010		2011		2010	
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
Depósitos à vista	45.905	-	-	-	-	-	45.905	17.482
Depósitos de poupança	958.032	-	-	-	-	-	958.032	667.995
Depósitos interfinanceiros	-	137.863	384.495	854.763	1.949.241	1.694.311	5.020.673	5.020.673
Depósitos interfinanceiros rurais	-	576.620	681.942	479.448	138.834	-	1.876.844	2.938.531
Depósitos a prazo	-	3.107	6.923	20.669	1.620	32.155	64.474	57.554
Outros depósitos	-	-	-	-	-	-	-	486
Total	1.003.937	717.590	1.073.360	1.354.880	2.089.695	1.726.466	7.965.928	5.000.148

14. Obrigações por operações compromissadas

	BANCO						CONSOLIDADO	
	2011		2010		2011		2010	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total	Total
Próprio	171.634	326.988	458.980	411.806	152.143	1.521.551	1.501.213	1.521.551
Terceiros	716.849	-	-	-	-	716.849	368.830	716.849
Total	888.483	326.988	458.980	411.806	152.143	2.238.400	1.870.043	2.238.400

15. Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures

Em maio de 2008, o Bancoob iniciou as operações de emissão de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), lastreadas por operações de CPR. Essas operações são emitidas com taxas prefixadas, com vencimento final em 28 de novembro de 2011 que totalizaram em 30 de junho de 2011 R\$ 1.710 (2010 - R\$ 350).

16. Obrigações por repasses do País

As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES/Finame, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimento até 2025 e com encargos financeiros de até 9,80% a.a.

	BANCO						CONSOLIDADO	
	2011		2010		2011		2010	
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total	Total
Tesouro Nacional	-	93	96	378	378	285	1.229	1.412
BNDES	-	25.219	107.212	233.078	151.943	78.563	596.014	553.398
Banco Central	-	27.217	-	-	-	-	27.217	27.217
Banco do Brasil/FCO	-	109	1.654	8.186	7.285	3.036	20.270	12.921
Finame	-	3.345	17.602	40.237	31.575	29.500	122.259	60.956
Funcafé (*)	57.351	16.818	154.900	53.570	853	-	283.491	620.483
Total	57.351	72.800	281.464	335.449	192.034	111.384	1.050.481	1.249.170

(*) O valor de R\$ 57.351 refere-se a recursos disponíveis, não aplicados em operações de crédito e recursos a devolver de operações liquidadas. Os recursos não repassados e os a devolver são atualizados pela variação da taxa Selic.

17. Passivos, contingências e obrigações legais

O Bancoob é parte em processos judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais que são provisionados considerando-se a opinião dos consultores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a complexidade, a jurisprudência e o posicionamento dos tribunais e as regras estabelecidas pela Resolução nº 3.823/09, do CMN, conforme resumimos a seguir:

- A provisão é reconhecida somente quando: (a) o Bancoob tem uma obrigação legal ou não-formalizada presente como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. O montante reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço e se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.
- Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Bancoob reconhece uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a entidade divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A Administração do Bancoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

a. Contingências e obrigações legais classificadas como "risco de perda provável"

As contingências classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no semestre e com os depósitos judiciais.

Provisões constituídas

Composição dos saldos patrimoniais

	BANCO				CONSOLIDADO	
	2011		2010		2011	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Fiscais	7.104	7.104	8.264	11.202	7.104	7.104
Trabalhistas	326	569	259	176	326	569
Cíveis	123	953	240	189	123	953
Total	7.553	8.626	8.763	11.567	7.553	8.626

Movimentação das contingências

	BANCO				CONSOLIDADO	
	2011		2010		2011	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro	7.104	226	7			

f. Despesas Administrativas

	BANCO		CONSOLIDADO
	2011	2010	2011
Despesas de água energia e gás	123	554	123
Despesas de comunicação	3.193	2.632	3.251
Despesas com manutenção e conservação	118	570	126
Despesas de material	992	496	1.002
Despesas de processamento de dados	17.596	13.219	17.596
Despesas com propaganda e publicidade	531	604	531
Despesas com serviços do sistema financeiro	8.472	8.712	8.491
Despesas de serviços de terceiros	9.816	7.264	9.833
Despesas de serviços técnicos especializados	3.588	3.334	3.590
Despesas e depreciação e amortização	1.269	1.661	1.276
Despesas c/ viagens	695	711	709
Outras despesas administrativas	2.885	1.226	2.907
	49.277	40.983	49.435

g. Composição de outras receitas operacionais

	BANCO		CONSOLIDADO
	2011	2010	2011
Recuperação de encargos e despesas	3.270	2.603	3.270
Receitas de cartões de crédito	12.423	9.102	12.423
Atualização de crédito com INSS (*)	2.264	1.919	2.264
Rendas com serviços de compensação de documentos	-	3.433	-
Outras	45	95	50
Total	18.002	17.152	18.007

(*) Refere-se à atualização de recursos próprios do Bancoob utilizados para pagamento de benefícios ainda não liquidados pelo INSS, atualizado pela taxa Selic.

h. Composição de outras despesas operacionais

	BANCO		CONSOLIDADO
	2011	2010	2011
Despesas com administração de cartões de crédito	19.382	14.772	19.382
Atualização de créditos do INSS (*)	2.773	2.463	2.773
Despesas com tarifas de arrecadação	5.567	5.145	5.567
Comissão sobre operações de crédito	10.990	7.746	10.990
Outras	2.059	1.733	2.059
Total	40.771	31.859	40.771

(*) Refere-se à atualização de recursos disponíveis do INSS, enquanto o benefício ainda não foi pago ao beneficiário, sendo atualizado pela taxa Selic.

i. Resultado não operacional

Refere-se, substancialmente, à atualização pelo CDI, das parcelas a receber referente à venda do sistema de tecnologia e das salas do edifício-sede do Banco.

22. Transações com partes relacionadas

a. Sistema Sicoob

O Bancoob foi criado, conforme descrito no contexto operacional (Nota Explicativa nº 1), para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. Demonstramos abaixo as operações com o sistema Sicoob:

	BANCO		CONSOLIDADO
	Sicoob	Sicoob	Sicoob
	2011	2010	2011
Ativo	2.782.405	2.065.993	2.782.405
Operações de crédito	2.715.245	1.996.024	2.715.245
Valores a receber	49.143	55.968	49.143
Despesas antecipadas – Comissão Credconsignado	18.017	14.001	18.017
Passivo	7.320.257	4.857.537	7.320.257
Depósitos a vista	35.853	972	35.853
Depósitos interfinanceiros	4.977.947	2.938.530	4.977.947
Depósitos a prazo	50.442	22.121	50.442
Outros depósitos	-	120	-
Operações compromissadas – carteira própria	1.496.706	1.477.984	1.496.706
Operações compromissadas – carteira de terceiros	713.285	367.677	713.285
Comissões a pagar – Credconsignado	2.084	1.318	2.084
Valores a pagar - Del credere (Nota 21c)	7.950	7.494	7.950
Instrumentos híbridos de capital e dívida	35.894	41.321	35.894
Depósitos de poupança	96	-	96
Receitas	131.802	104.613	131.802
Operações de crédito	109.166	76.241	109.166
Receitas de prestação de serviços	19.406	22.004	19.406
Outras receitas operacionais	883	4.416	883
Receitas não operacionais	2.323	1.952	2.323
Despesas	373.154	186.962	373.154
Captação	364.232	176.544	364.232
Despesas administrativas	-	-	-
Outras despesas	10.352	10.418	10.352

b. Subsidiárias

	Cabal		
	2011	2010	
Ativo	-	-	-
Valores a receber	-	-	-
Passivo	26.273	11.433	26.273
Depósitos a vista	2.785	2.252	2.785
Depósitos a prazo	22.838	7.699	22.838
Valores a pagar	650	1.482	650
Receitas	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	-
Despesas	4.263	3.263	4.263
Despesas de captação	549	287	549
Despesas com cartão	3.714	2.976	3.714

c. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais de acionistas, realizadas anualmente, são estabelecidas a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	BANCO		CONSOLIDADO
	2011	2010	2011
Encargos	692	516	802
Honorários de diretoria	2.224	1.810	2.576
Planos de aposentadoria e pensão	41	36	50
Total	2.957	2.362	3.428

23. Outras informações

a. Acordos de compensação entre ativos e passivos com mesma instituição financeira

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.263/05, o Bancoob possui aplicações em instituições financeiras em que se permite a compensação com captações da mesma titularidade. Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial consolidado nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo. Os montantes sujeitos à compensação estão resumidos a seguir:

Descrição	BANCO			CONSOLIDADO
	2011	2010	2011	2011
Depósito a prazo/CDI	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido	Valor líquido
	799.914	(1.840.628)	(1.040.714)	(1.040.714)
	2010			
Depósito a prazo/CDI	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido	
	466.414	(1.311.754)	(845.340)	

b. Seguros

O Bancoob adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

c. Garantias prestadas

As garantias concedidas às cooperativas integrantes do Sicoob, mediante encargos financeiros, relativas a avais e fianças montavam, em 30 de junho de 2011, a R\$ 19.041 (2010 - R\$ 12.547).

d. Benefícios a empregados

Previdência complementar O Bancoob é patrocinador da Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência complementar aos da previdência oficial básica na modalidade de contribuição definida. Em 30 de junho de 2011, a Sicoob Previ contava com 310 participantes ativos (2010 - 287), cuja contribuição totalizou R\$ 349 (2010 - R\$ 303).

e. Participação nos lucros

O Bancoob oferece a seus empregados participação nos lucros (PLR), calculada conforme Acordo Coletivo de Trabalho. Até 30 de junho de 2011, foi provisionado o valor de R\$ 1.241 (2010 - R\$ 976, nas demonstrações individuais do Banco).

f. Fiscalização

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis, consoante legislação específica aplicável.

24. Gerenciamento de riscos

a. Risco operacional

As diretrizes para gestão de riscos operacionais encontram-se registradas na Política de Gerenciamento de Riscos Operacionais que foi aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos e Riscos que interage com os gestores das áreas e levanta formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento do processo, inclusive com a inserção de novos controles.

O resultado é apresentado mensalmente ao Colegiado da Diretoria e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (POPR) é a Abordagem Alternativa Padronizada (ASA I). Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional.

b. Risco de mercado e de liquidez

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela gestão centralizada dos riscos de que se trata, conforme previsto no art. 11º da Resolução CMN 3.721/2009.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do banco é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A Política Institucional de Gerenciamento dos Riscos de Mercado e de Liquidez define como diretrizes básicas:

- a) Utilização do VaR – Value at Risk para mensurar os riscos de mercado;
- b) Limite de exposição ao risco de mercado vinculado ao Patrimônio de Referência;
- c) Utilização de modelo de simulação histórica, com base nos últimos dez anos, para simular perda em situação de stress;
- d) Utilização de modelo de análise de gap de prazos para avaliar os descasamentos e seus efeitos sobre as margens operacionais;
- e) Realização periódica de backtests do modelo de cálculo de risco de mercado;
- f) Limites mínimos de liquidez que devem ser observados diariamente.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente pela auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios da auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.464/07, encontra-se disponível no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo que evidencia a estrutura de gerenciamento de risco de mercado.

c. Risco de crédito

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Crédito que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela gestão centralizada do risco de que se trata, conforme previsto no art. 11º da Resolução CMN 3.721/2009.

O risco de crédito decorre da probabilidade de uma contraparte não honrar seus compromissos. Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de atribuição de limites de crédito, visando manter a boa qualidade da sua carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos de classificação de risco, garantindo a constante atualização dos pesos e das variáveis consideradas.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) Validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b) Estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c) Procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d) Procedimentos para a recuperação de créditos;
- e) Sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- f) Informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema.

As normas internas de gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e a conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente pela auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios da auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento do risco de crédito.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Cooperativo do Brasil S/A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório da administração, relativos a 30 de junho de 2011 e 2010, com base no Relatório dos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers - sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, emitido em 10 de agosto de 2011, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis consolidadas examinadas, a posição patrimonial e financeira do Bancoob - Banco Cooperativo do Brasil S/A.

Brasília - DF, 10 de agosto de 2011

José Ricardo de Paula Xavier Vilela Edson Quevedo Soares Cergio Tecchio Manoel Messias da Silva Paulo da Costa
Presidente do Conselho Secretário do Conselho Conselheiro Conselheiro Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB e sua controlada ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB e sua controlada em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 10 de agosto de 2011



Auditores Independentes Douglas Souza de Oliveira
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF Contador CRC 1SP191325/O-0 "S" DF

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA DO BANCOOB
Ciro José Buldrini Filogonio - Presidente do Conselho	Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-presidente
José Vicente da Silva - Conselheiro	Énio Meinen - Diretor
Antonio Carlos Girelli Gomez - Conselheiro	Marcus Guilherme Andrade de Freitas - Diretor
Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Conselheiro	Rubens Rodrigues Filho - Diretor
Edgar de Souza Mendes - Conselheiro	
José Zeferino Pedrosa - Conselheiro	
Luiz César Loureiro de Azeredo - Conselheiro	
Luiz Paulo Lima e Silva - Conselheiro	
Wanderley Pimenta Borges - Conselheiro	
	CONTADOR
	Primo João Cracco
	CRC-SP 149.703/O – S – DF